

Política *Amc*

CONSTITUINTE

Aprovadas medidas para o cumprimento da nova Constituição

por Francisco Stella Fagó
do Brasília

Aprovado ontem pela Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas da Constituinte, o anteprojeto do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) prevê a criação de um instrumental destinado a garantir a execução e a eficácia da nova Constituição e abre caminho para algumas formas de participação direta do povo nas decisões de governo.

Na votação, que se estendeu por mais de cinco horas, foram aprovadas emendas que até segunda-feira deverão ser integradas ao texto, ser enviado à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições.

O projeto propõe a criação de um tribunal constitucional, de composição mista, com ministros indicados pelos poderes Execu-

tivo, Legislativo e Judiciário. As atribuições do tribunal seriam semelhantes às previstas no anteprojeto elaborado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), relator da Subcomissão de Poder Judiciário da Constituinte, a ser votado no próximo fim de semana.

Ao tribunal caberia julgar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou norma com força de lei, e determinar a execução de normas constitucionais, nas hipóteses de não serem cumpridas.

O anteprojeto reconhece a legitimidade judicial de entidades de classe e sindicatos para impetrarem mandados de segurança coletivos, cria também a figura do defensor do povo, "ombudsman", autoriza a iniciativa popular para a apresentação de projetos de lei e de emendas à Constituição.

Mercado interno será "patrimônio nacional"

por Rita Medeiros
do Brasília

O parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Constituinte aprovou a versão original do relatório da deputada Cristina Tavares de considerar o "mercado interno patrimônio nacional", mantendo-se assim o conceito de reserva de mercado. Hoje, as discussões na Constituinte continuarão a desenvolver-se sobre o tema mais polêmico de todas as proposições apresentadas. A criação de um Conselho Nacional de Comunicação, composto por quinze entidades de classe, para examinar os principais assuntos ligados ao setor, como as concessões para exploração dos serviços de radiodifusão.

Na opinião da deputada Cristina Tavares, relatora da subcomissão, os resultados obtidos até agora satisfazem quase que em sua to-

talidade o espírito do seu relatório sobre a reserva de mercado interno, "tendo em vista o desenvolvimento econômico e a autonomia tecnológica e cultural do País". No entanto, este ponto de vista poderá ser alterado no encaminhamento seguinte das discussões da Constituinte, anunciou o deputado Fausto Rocha (PFL-SP). "A reserva de mercado é um tema medievall", acha ele. O deputado explicou que não votou contra este item porque na questão da informática a proteção estatal apresentou vantagens para o desenvolvimento do País neste setor.

Com relação ao tema comunicação a grande polémica gira em torno da instalação de um conselho decisório de comunicação e da criação de um conselho editorial em cada empresa jornalística, constituído por profissionais do ramo.

O fim do arbítrio da União nos tributos

por Guilherme Barros
do Rio

Uma das maiores inovações do anteprojeto de reforma tributária elaborado pela Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Constituinte, segundo seu presidente, o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, é a de "acabar com o poder de arbítrio da União de distribuir o dinheiro que arrecada com a cobrança de impostos, com uma aprovação prévia da sociedade".

Dornelles participou ontem do debate sobre a nova política tributária, no II Congresso Nacional de Executivos Financeiros, no Copacabana Palace, onde fez uma exposição sobre o anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas que será votado dentro de oito dias pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamentos e Finanças.

De acordo com o deputado do PFL, o anteprojeto determina que todas as despesas da União, dos estados e dos municípios sejam aprovadas respectivamente pelo Congresso Nacional, Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores e que o orçamento destes governos seja divulgado mensalmente para a sociedade tomar conhecimento da arrecadação e de sua destinação.

Dornelles afirmou que, se aprovado, "o anteprojeto acaba com o sistema de pires na mão em que governadores e prefeitos vão a

Brasília pedir recursos à União e só são privilegiados aqueles que dão demonstração de apoio ao governo federal", enfatizou. Segundo o ex-ministro da Fazenda, esse exemplo de discriminação ficou claro no ano passado quando, de acordo com ele, "os recursos a fundo perdido dos ministérios só foram distribuídos para os prefeitos do PMDB, enquanto os prefeitos do PFL não tiveram direito a esses empréstimos".

O deputado pefelista revelou, ainda, que está realizando um levantamento de qual foi a destinação dada pela União para os recursos arrecadados com impostos nos anos de 86/87. Ele disse que, apesar de o trabalho ainda não estar concluído, poderia adiantar, por exemplo, que o governo transferiu, no ano passado, mais recursos para a Cobal do que gastou com seu programa de alfabetização e concedeu mais recursos para a Acesita do que gastou nos programas de saúde.

Essas distorções, conforme Dornelles, têm de acabar. Para ele, o déficit público da União tem de ser uma opção da sociedade e não do governo. "A sociedade não pode sustentar empresas estatais ineficientes", afirmou Dornelles. Com o orçamento unificado, previsto no anteprojeto, o ex-ministro da Fazenda disse que "a União não pode iniciar qualquer programa sem que seja aprovado pela sociedade".